



CONTRATO Nº ...../.....

PAD nº 2.883/2020

### ANEXO XIII

#### MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO,  
INSTALAÇÃO E GARANTIA que entre si  
fazem o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DO PARANÁ e a empresa .....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/02, pela Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais legislações pertinentes e, em conformidade com o Pregão Eletrônico nº. ...., regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, PAD 2.283/2020, e a proposta vencedora, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, de outro, a empresa:

....., inscrita no CNPJ sob nº. ...., com sede na Rua ....., nº ....., bairro ....., Cidade/UF ....., CEP: ....., telefone: ....., e-mail: ....., neste ato representada por ....., portador do CPF nº. ...., doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

**1.1** – O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, implantação e integração, em regime “turn key” de uma solução de DATA CENTER MODULAR SEGURO OUTDOOR com aderência aos requisitos de disponibilidade do sistema elétrico, lógico, climatização e segurança estrutural do NÍVEL 3 da norma TIA 942, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

**1.2** - A Contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes no edital e seus anexos, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

**1.3** - De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada por regime de empreitada integral por preço global.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO (FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E GARANTIA)**

**2.1** - O fornecimento, instalação e garantia deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no item 2 do Termo de Referência – ANEXO I.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO**

**3.1** – A entrega e o recebimento do objeto ocorrerão conforme o item 3 do Termo de Referência – Anexo I.

**3.2 – Local de entrega:** Rua João Parolin, 224 – Prado Velho – Curitiba – PR, conforme especificado no item 4.1 do Termo de referência- anexo I.

## **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**4.1** – As obrigações da contratada são aquelas constantes no item 4 do Termo de Referência – Anexo I.

**4.2** – A proteção de dados se dará conforme disposições constantes no item 5 do Termo de Referência – Anexo I.

**4.3** - A CONTRATADA obrigar-se-á a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

## **CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

**5.1 – Da vigência do contrato:** O presente contrato vigorará pelo período de **16 (dezesesseis) meses**, a partir da data de sua assinatura, de ...../..... a ...../....., , nos termos da Lei nº 8.666/93.

**5.2 – Da vigência da garantia:**

**5.2.1** – Garantia total da solução de Data Center: 12 (doze) meses contados do aceite definitivo.

**5.2.1.2** - Excepcionalmente para os sistemas de cabeamento estruturado, além dos 12 (doze) meses de garantia padrão, o fabricante do cabeamento estruturado (óptico e metálico) deverá fornecer garantia estendida do produto de no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos contados a partir da data do recebimento definitivo do projeto.

**5.2.2** – Garantia dos equipamentos de climatização e UPS: 60 (sessenta) meses a partir da data de start-up.

**5.2.3** – Componentes consumíveis como baterias dos UPSs (nobreaks) e recarga do cilindro de Gás Novec 1230: 60 (sessenta) meses.

**5.2.4** – Demais disposições acerca da garantia constam no item 2.10 do Termo de Referência – Anexo I.

**5.3 – Prazo de execução:** a reestruturação do Data Center, contemplando a entrega do material, a instalação dos sistemas e movimentação dos equipamentos deverão ser concluídos pela empresa contratada dentro do prazo máximo de até 90 (noventa) dias corridos a partir da data da assinatura do contrato.

## **CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**6.1** – Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho: .....;  
Nota de Empenho: 2021NE00....., emitida em ....../....../2021;  
Elemento de Despesa: .....;  
Categoria Econômica: .....;  
Código SIASG: 15784

## **CLÁUSULA SÉTIMA: DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**7.1** – Conforme item 6 do Termo de Referência – Anexo I.

## **CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

**8.1-** O valor total do contrato é de R\$...... (.....), a ser pago à CONTRATADA em etapas, as quais estão definidas no item 4.1.10 do Termo de Referência – Anexo I, obedecendo os percentuais abaixo:

**8.1.1 - Etapa I, no montante de 20% do valor global da contratação (item 8.1), após as seguintes atividades:**

- a) Conferência da documentação dos principais itens apresentados pela contratada para elaboração e aprovação do projeto executivo;
- b) Análise de projeto executivo;
- c) Liberação de projeto executivo;
- d) Liberação e autorização para compras de principais insumos;
- e) Autorização para fabricação de solução, conforme projeto executivo e lista de materiais aplicados.

**8.1.2 - Etapa II, no montante de 50% do valor global da contratação, após as seguintes atividades:**

- a) Preparação para testes de aceitação em fábrica da solução integrada;
- b) Inspeção e aceitação de materiais e obras de preparação de infraestrutura no TRE-PR;

- c) Autorização e aprovação de infraestrutura no TRE-PR;
- d) Testes da solução integrada e liberação para envio;
- e) Preparação para testes de comissionamento de solução integrada no TRE-PR;
- f) Comissionamento e testes de aceitação da solução integrada.

### **8.1.3 - Etapa III, no montante de 30% do valor global, após as seguintes atividades:**

- a) aprovação de processo de moving;
- b) aprovação provisória;
- c) análise e aprovação de data book de mobilização e As Built;
- d) conferência de pendências e aprovação definitiva;
- e) aceite definitivo.

## **8.2 – Do documento fiscal:**

**8.2.1 –** Os documentos fiscais (referente às etapas I, II e III) deverão atender aos requisitos abaixo, podendo ser emitidos na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhados para o email [sids@tre-pr.jus.br](mailto:sids@tre-pr.jus.br), em formato ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo no horário compreendido entre as 12h e as 19h, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná.

**8.2.1.1 –** O CNPJ cadastrado no sistema *Comprasnet*, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

**8.2.1.2 -** Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa licitante vencedora. Nesse caso, ambos os CNPJs (licitante vencedora e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular.

**8.2.1.3 -** Outras especificações necessárias às notas fiscais:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais;
- Número do contrato;
- Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA).

## **8.3 – Das condições do pagamento:**

**8.3.1. -** O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

**8.3.2** - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

**8.3.2.1** – Prazo para atestado da Nota fiscal: **até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

**8.3.2.1.1** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**8.3.2.2** – Prazo para pagamento da Nota Fiscal: **até 20 (vinte) dias** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

**8.3.3** – Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.3.4** - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido neste Contrato será devolvida à CONTRATADA, e nesse caso, os prazos previstos para o seu atestado e pagamento, serão interrompidos e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

**8.3.4.1** - Nenhum pagamento será devido à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Este fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**8.3.5** – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**8.3.6** – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

**8.3.7 – Da correção monetária:** no eventual atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convenicionado que os encargos moratórios devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da contratada, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I =  $i/365$  (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

I =  $(6/100)/365$

**8.4** – Da regularidade fiscal:

**8.4.1** – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será

precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**8.4.1.1** – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**8.4.1.1.1** – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

## **CLÁUSULA NONA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA**

### **9.1 – Da substituição tributária:**

**9.1.1** - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. nº 116/03 e L. C. nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

### **9.2 – Dos tributos federais:**

**9.2.1** - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

**9.2.2** - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

**9.2.3** - A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

### **9.3 - Da retenção previdenciária:**

**9.3.1** - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112, sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

### **9.4 - Da retenção do ISS:**

**9.4.1** - Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da L. C. nº 116/03.

**9.4.2** - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

**9.5** - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE**

**10.1** - Os preços não serão reajustáveis, tendo em vista tratar-se de fornecimento e que o prazo de vigência do contrato refere-se ao período de abrangência dos

prazos de entrega, instalação, recebimento e garantia contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** – O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da lei nº 10.520/02:

a) Advertência: para faltas leves, não puníveis com multa;

b) Das multas:

b.1) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato pelo não cumprimento de outras obrigações previstas;

b.2) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pelo inadimplemento parcial;

b.3) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pelo inadimplemento total, bem como pela cessação da execução contratual.

**11.2-** A contratada, ao descumprir os prazos previstos para realizar atendimentos, solucionar chamados, entregar o objeto, substituir os componentes defeituosos, entregar relatórios e prestar garantia, estará sujeita às seguintes sanções:

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
Deixar de cumprir os prazos previstos para atendimento, conforme previsto no item 2.10.6 do Termo de Referência – Anexo I, por ocorrência	Atraso de 10% além do período exigido para atendimento	Advertência
	Atraso de 25% além do período exigido para atendimento	Multa de 0,05% sobre o valor contratual a cada período de 25% de atraso
	Atraso de 100% além do período exigido para atendimento	Declaração de inadimplemento parcial do contrato - 10% (dez por cento) sobre o valor contratual
Deixar de cumprir o prazo previsto para entrega dos serviços, conforme item 4.1.1 do Termo de Referência – Anexo I	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 05 (cinco) úteis de atraso	Multa de 0,5% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 10 (dez) dias corridos de atraso	Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor contratual
Deixar de cumprir o prazo previsto para substituir equipamentos rejeitados,	Até 01 (um) dia útil de atraso	Advertência

defeituosos ou irregulares conforme previsto no item 3.2.1 do Termo de Referência – Anexo I, por ocorrência	Superior a 01 (um) dia útil de atraso	Multa de 1% sobre o valor do equipamento a ser substituído, por dia de atraso
	Superior a 10 (dez) dias corridos de atraso	Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do equipamento a ser substituído, por dia de atraso
Deixar de prestar as informações solicitadas pelos gestores do contrato, conforme previsto no item 2.10.12 do Termo de Referência – Anexo I	02 (dois) dias úteis de atraso	Advertência
	Superior a 02 (dois) dias úteis de atraso	Multa de 0,03% sobre o valor contratual por dia de atraso
	Superior a 10 (dez) dias corridos de atraso	Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual
Causar indisponibilidade de sistema ou equipamento, quando o motivo da paralisação for diretamente ou indiretamente atribuído aos serviços executados, durante a reestruturação do Data Center, salvo nos casos previstos (Moving).	Período de 10 (dez) minutos de indisponibilidade	Multa de 1% do valor contratual a cada período de 10 (dez) minutos

c) **Impedimento de licitar e contratar com a União:** Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/02, bem como o descredenciamento do Sicaf, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**11.2 -** As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda<sup>1</sup> e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**11.3 -** A CONTRATADA autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

**11.4 -** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA (Art. 56 da Lei nº 8.666/93)**

<sup>1</sup> Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.



**12.1** - Para cumprimento das obrigações, a CONTRATADA deverá apresentar garantia contratual no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, contados da data da assinatura deste contrato, que ficará sob custódia do TRE/PR, no valor de R\$ .....), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, em conformidade com o art. 56, §2º da Lei nº 8.666/93, cabendo à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

II - Seguro garantia.

III - Fiança bancária.

**12.1.1** - O Seguro garantia ou fiança bancária (não sendo aceite carta fiança) deverá conter o seu número, o nome do banco oficial autorizado pelo Banco Central, valor declarado, prazo de validade e o número do contrato a ser assinado.

**12.1.2** - A CONTRATADA deverá tomar as providências necessárias à apresentação da garantia com vista ao cumprimento do prazo estabelecido no item 10.1, sendo que, uma vez não cumprido rigorosamente o prazo concedido, a empresa estará sujeita às penalidades previstas neste Contrato.

**12.1.2.1** – Além das penalidades previstas na cláusula décima primeira, a não apresentação da garantia no prazo avençado, restringirá o ateste da Nota Fiscal pertinente à prestação do serviço, ou seja, o pagamento ficará vinculado ao estipulado no item 10.1.

**12.1.3** – A Garantia Contratual deverá abranger cobertura de **EXECUÇÃO CONTRATUAL**, sendo que, deverá estar de forma expressa na apólice a previsão destas coberturas, sob pena de recusa por este Tribunal.

**12.1.4** - As garantias estabelecidas no item 10.1 deverão ser emitidas em real, apresentar validade até a data final da vigência contratual, permitindo assim que a Administração conclua todas as verificações necessárias quanto ao fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais.

**12.1.4.1** - A devolução da garantia fica condicionada ao pleno cumprimento de todas as obrigações contratuais.

**12.2** - A liberação será feita pelo Gestor do Contrato em até 10 (dez) dias após a comprovação do pagamento de salários, rescisão contratual e demais verbas trabalhistas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**13.1** - Ficarão o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e, excepcionalmente no caso de a subcontratação ultrapassar o limite autorizado no edital de licitação.

**13.2** - Será também causa de rescisão se a CONTRATADA alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal,

contrariando o artigo 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/05, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), nos termos do Anexo IV.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS CASOS OMISSOS**

**14.1** – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO**

**15.1** - Fica eleito o foro de Curitiba/PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

**15.2** - E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, ..... de ..... de 2021

.....  
Representante Legal  
P/ CONTRATADA

**Dr. Valcir Mombach**  
Diretor-Geral – TRE-PR.  
P/ CONTRATANTE